



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
 Rua dos Libaneses, 1998, Fórum - Carmo  
 CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
 Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1fam@tjsp.jus.br

**SENTENÇA e ALVARÁ JUDICIAL**

Processo nº: **1009168-68.2018.8.26.0037**  
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Maria Helena Morette da Silva e outro**  
 Falecido: **LUIZ DONIZETE DA SILVA – CPF 005.738.908-03**

Juiz de Direito: Dr. **Glauce Helena Raphael Vicente Rodrigues**

Vistos.

Assiste razão às requerentes quanto à desnecessidade de recolhimento da diferença da taxa judiciária.

Cuida-se de pedido de autorização judicial para regularização de veículo adquirido por Luiz Donizete da Silva em data anterior ao seu falecimento e cuja transferência não foi efetivada.

Consigne-se que referido bem foi incluído na escritura pública de inventário (fls.32/43) e, portanto, já inventariado e partilhado entre os herdeiros.

Não consta interesse de incapazes.

As requerentes são as únicas herdeiras do falecido, fls.07.

Por ocasião da lavratura da escritura de inventário já houve o recolhimento do ITCMD.

É o relatório.

**DECIDO.**

O pedido é de pouca complexidade e pode ser conhecido e decidido de imediato, preservados eventuais direitos de terceiros não conhecidos, observados os princípios do art. 5º da LINDB cc o art. 8º do CPC.

**ANTE O EXPOSTO**, defiro o pedido inicial e **AUTORIZO a requerente Maria Helena Morette da Silva**, RG 10.213.204-5, CPF 035.757.788-41, representando o **Espólio de Luiz Donizete da Silva**, RG 10.524.231, CPF 005.738.908-03, cujo óbito ocorreu em 19/11/2017, a **proceder à transferência** do veículo **GM/CHEVROLET D20 CUSTOM, ano 1986/1986, placas CKV9402, Renavam 00433842890**, para si ou a quem melhor lhe aprouver, ficando obrigada a prestar contas diretamente a outra herdeira.

A considerar a consensualidade do pedido e a preclusão lógica e presumida do direito de recorrer (art. 1.000 do CPC), o trânsito em julgado desta decisão se opera de imediato e independentemente de renúncia expressa dos interessados e de certidão cartorária a respeito.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

**Este documento está assinado eletronicamente e será impresso diretamente pelo Advogado dos interessados na INTERNET, no site [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br).**

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

**SERVIÁ A PRESENTE SENTENÇA, POR CÓPIA, COMO ALVARÁ PRAZO DE VALIDADE: 360 DIAS**

Araraquara, 21 de novembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA